

EDUCAÇÃO DO CAMPO: PRINCIPAIS DESAFIOS

Autora: Renata de Kássia Gomes da Silva¹; Co-autora: Givanilda Gomes da Silva²

¹*Escola Estadual do Ensino Fundamental e Médio de Forte Velho/PB, renatagomes89@hotmail.com*

²*Prefeitura Municipal de Cabedelo/Diretoria de Educação Inclusiva, givanildagomes@yahoo.com.br*

RESUMO

A desmotivação escolar é um tema amplo e bastante relevante, a procura pelos objetos causadores desse mal tem sido a discussão de muitos estudiosos da área. Diante de uma análise profunda da educação brasileira parece impossível solucionar os altos índices de reprovação e evasão escolar, os investimentos em livros didáticos, merenda, transportes, capacitação e infraestrutura não sanam os problemas que só aumentam com o passar dos anos. Essa queixa abrange desde as escolas públicas até mesmo as escolas particulares que gozam de um maior investimento, para a comunidade escolar que reside nos grandes centros urbanos são muitas: violência, professores desqualificados, escolas sem infraestrutura, material didático e merenda de péssima qualidade, infelizmente tudo isso não se compara com os obstáculos enfrentados pelos alunos que moram na zona rural, que convivem com a frequente falta de professores e transporte escolar decorrentes do difícil acesso, falta de merenda e livro didático que resulta em um elevado nível de inassiduidade. As dificuldades dos alunos da zona rural também levam em conta as estações do ano que delimitam os meses que serão mais frequentados e os que serão menos frequentados, levando em consideração o inverno que em decorrência das chuvas dificulta o acesso dos alunos até a escola, o outono ou o período de colheita em que muitos alunos não frequentam a escola por estarem ajudando os pais na lavoura. Mas afinal o que tem causado a desmotivação escolar do aluno que mora no campo? O aluno não aprende porque não quer ou porque não são oferecidos os meios favoráveis para a aprendizagem? Saber motivar para que haja uma aprendizagem significativa não é uma tarefa fácil, pois esse processo envolve vários fatores. Essa população que vive a margem da sociedade sofre com a falta ou o mau investimento de recursos que resultada em uma péssima “educação”.

Palavras-chave: Desmotivação escolar, Educação do Campo, Educação Rural.

¹ Graduada em Pedagogia (UVA), Especialista em Psicopedagogia Institucional (CINTEP/PB).

² Graduada em Pedagogia (UVA); Especialista em Supervisão Escolar e Orientação Educacional (CINTEP/PB) e Educação Social Inclusiva (VERBO EDUCACIONAL).

INTRODUÇÃO

A educação brasileira de forma geral tem uma longa história tanto de avanços quanto de retrocessos, no que diz respeito à educação do campo não foi diferente. Por volta de 1920 houve uma crescente migração rural-urbana visto como uma ameaça essa migração, então se pensou na Educação como forma de combater essa ameaça, com a urbanização o Brasil evidenciou ainda mais as diferenças significativas na qualidade de vida dos polos urbanos do interior e do litoral fazendo com que cada vez mais a população rural saísse do campo e fosse para a cidade em busca de uma melhor qualidade de vida. A questão educacional esta presente nos debates políticos desde as últimas décadas do século XIX, refletindo temas mobilizadores como: a educação para promover a volta ao campo. Mas não uma educação qualquer há a necessidade de se estabelecer uma ligação entre a educação e as condições de vida das populações, se o homem do campo não quer permanecer na zona rural há um problema de nível educacional, de uma escola que não esta valorizando a vida no campo. Os discursos sobre a educação rural vêm aumentando desde a 1ª República, na década de 20, aponta-se a extrema precariedade de funcionamento das escolas rurais, as verbas destinadas à educação eram insuficientes, em algumas regiões do país, como o Nordeste, o ensino era ainda mais lento, em decorrência do violento domínio das Oligarquias na tentativa de manter uma situação de decadência econômica.

Na década de 30 ressurgiu o debate sobre a educação, desta vez, gerando iniciativas concretas, isso se deve em parte a mudança do quadro político. Em 1937 cria-se a Sociedade Brasileira de Educação Rural com o objetivo de expansão do Ensino e preservação da arte e folclore rurais. Infelizmente nem sempre os debates políticos propiciaram melhorias quantitativas ou qualitativas para a educação nacional. Em 1942 aconteceu a 1ª Conferência Nacional de Educação, estudos do INEP demonstraram as precárias condições em que se desenvolviam os estudos do 1º Grau, diante da situação foi criado em 1945 o Fundo Nacional do Ensino Primário, um momento de ampliação da rede escolar do país. Mas a educação rural continuava com uma baixa produtividade do ensino com índices elevados de evasão e repetência, péssimo nível de qualificação dos professores em sua maioria leigos, precárias instalações escolares, falta de material e equipamentos. O MEC elaborou o II Plano Setorial de Educação e Cultura (1975-1979) com o objetivo de expandir a escolarização na zona rural pelo menos nas quatro séries fundamentais e melhorar o nível de ensino, reduzindo a evasão e repetência escolar, observa-se a discrepância existente entre o ensino que é ofertado na zona urbana em relação a rural.

Em suma, o problema mais importante é efetivamente o da capacidade do sistema em promover os alunos a uma escolaridade mais extensa. Pois, embora nas zonas urbanas boa parte das escolas tenha condições de oferecer seriação completa, ainda restam muitas unidades com seriação incompleta, principalmente nas zonas rurais, onde apenas uma pequena fração alcança as quartas e quintas séries, e outra, menor, o antigo ginásial. (BRASIL, II Plano Setorial de Educação e Cultura, p.17, 1976).

O 3º Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (1980-1985) propôs com uma de suas metas prioritárias o incremento da educação no meio rural. A escolarização rural, entretanto, não é uma questão apenas de destaque atual há anos surgem discussões sobre esse tema.

A primeira linha Programática é a educação no meio rural, buscando atingir um dos focos mais acentuados de pobreza no País. Considerando que na área rural se verificam as menores taxas de escolarização, os maiores índices de repetência e evasão e a maior dificuldade de adequação da educação às particularidades da clientela e do meio, encontra-se aí um dos desafios. Levando ainda em conta a propensão à migração, em si inevitável, mas fortemente acelerada pelas condições de pobreza rural, coloca-se o problema complexo de imprimir à oferta de serviços educacionais conteúdo condizente com as necessidades socioeconômicas locais. (BRASIL, III Plano Setorial de Educação e Cultura, p.17, 1982).

Como citado acima a educação no meio rural tomou uma proporção não apenas educacional, mas social, uma vez que, as condições de renda, moradia, higiene, saúde afetam diretamente e de maneira brusca o processo de ensino-aprendizagem. Surge a necessidade do desenvolvimento de uma política social para superar as desigualdades sociais, que refletem de maneira extremamente negativa na qualidade da educação dos menos favorecidos. Uma política de valorização da Educação do Campo, dos seus recursos para se adequar a realidade e necessidades do meio rural um serviço. O ensino por sua vez sofreria uma simplificação dos conteúdos, contudo seriam ofertados de maneiras mais realista tendo-se uma preocupação com a flexibilidade das programações, respeitando-se o calendário agrícola, épocas de safra e propriedades do cultivo, levando-se em consideração a criação de um currículo adequado às características da zona rural que expresse seu modo de vida.

Em conjunto com a criação de um currículo próprio para o campo, surge a necessidade uma melhor infraestrutura da rede física, de dotá-la de material didático de qualidade correlacionado a capacitação dos docentes, tendo em vista, que a maioria eram leigos. Há a esperança de um ensino efetivo, que abra portas para a população mais carente para o produtor rural, garantindo o respeito e a necessidade de sobrevivência mantendo-se a relação entre o dia a dia do trabalho e a escola.

Diante do exposto percebemos a importância e a necessidade de uma análise efetiva sobre as dificuldades enfrentadas pela escola do campo. Este trabalho tem como pressuposto analisar biografias referentes ao tema supracitado. Fazendo uma ponte com a escola, por isso, escolhemos uma metodologia com enfoque bibliográfico, dando ênfase na Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação (9.394/96), Diretrizes Curriculares Nacionais sem excluir outros autores. Analisando as bibliografias, percebemos que há uma necessidade gigantesca de que haja melhoria na Educação do Campo seja com a formulação e implantação de políticas públicas ou uma reformulação das políticas existentes.

A Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação (9.394/96) no capítulo II da Educação Básica Seção I diz que os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias as suas adequações e peculiaridades da vida rural conforme os incisos I, II e III:

Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Nota-se que são muitas as dificuldades enfrentadas pela população do campo, frente a essas dificuldades surge à desmotivação escolar, que infelizmente tem muitas causas, ainda de acordo com a LDB não se faz necessário apenas que se cumpra o calendário escolar e os conteúdos escolares, mas que esses estejam adequados as reais necessidades e interesses dos alunos, a metodologia aplicada deve ser embasada no dia a dia da vida do campo, bem como a organização da escola. O calendário escolar deve ser estabelecido levando-se em conta as fases do ciclo agrícola, o plantio e colheita e as condições climáticas, adequando-se a vivência do trabalho na zona rural.

A LDB mostra a necessidade de uma adaptação pura e simples, reconhecendo a diversidade sociocultural, com direito à igualdade e à diferença abrangendo as minuciosas singularidades existentes, possibilitando a criação de diretrizes próprias para a Educação do Campo sem ocasionar uma desfragmentação na educação do país de uma maneira geral. A Escola do Campo possui uma identidade própria e precisa de propostas pedagógicas que contemplem sua diversidade de forma ampla como define as DCN'S na Seção IV artigo 36:

A identidade da escola do campo é definida pela vinculação com as questões inerentes à sua realidade, com propostas pedagógicas que contemplem sua diversidade em todos os aspectos, tais como sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. (BRASIL. Resolução Nº 4, de 13 de Julho de 2010).

Conforme a citação percebemos que não é apenas uma questão pedagógica, mas uma diversidade de aspectos que refletem na formação do cidadão, acarretando um bom ou péssimo processo de aprendizagem. O baixo rendimento, os altos índices de reprovação e evasão escolar é o grito de povo desfavorecido clamando por ajuda, cansado de sofrer e fadado ao fracasso. É absurda a desmotivação existente nas escolas da zona rural, a maioria dos alunos não tem nenhuma perspectiva de “vida” de “educação”, porque, não lhes foram apresentada a verdadeira EDUCAÇÃO, fascinante, encantadora, investigativa que aguça a pesquisa.

Portanto de acordo com a retrospectiva da história da Educação no país, pode-se constatar a ausência do Estado na oferta desse direito no meio rural, a escola foi implantada no meio rural de forma tardia e não contou com o suporte do poder público no processo de solidificação, e até hoje sofre com as consequências. De que forma essa população conhecerá uma educação de qualidade se não for oferecido o básico: transporte escolar, merenda, fardamento, material didático, boa infraestrutura, professores capacitados e qualificados. Fala-se muito em uma Educação do Campo e para o Campo em que o aluno cresça profissionalmente e permaneça no Campo contribuindo para o progresso e desenvolvimento das atividades locais, enquanto a situação não mudar será muito difícil vermos um futuro promissor, a cada ano milhares de crianças e adolescentes chegam à fase adulta analfabetos, sendo fadados a continuarem vivendo na zona de exclusão, executando tarefas de trabalho braçal sem nenhuma melhoria de vida. Diante desses dados alarmantes fica destacada a grande discrepância da desigualdade social entre a zona urbana e rural: a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, que apresenta um patamar de 23,3% na área rural, três vezes superior àquele da zona urbana, que se encontra em 7,6%; a escolaridade média da população de 15 anos ou mais, que vive na zona rural, é de 4,5 anos, enquanto no meio urbano, na mesma faixa etária, encontra-se em 7,8 anos; as condições de funcionamento das escolas de ensino fundamental extremamente precárias, pois 75% dos alunos são atendidos em escolas que não dispõem de biblioteca, 98% em escolas que não possuem laboratório de ciências, 92% em escolas que não têm acesso à internet (Molina, Montenegro, Oliveira, 2009, p. 4).

Nesse breve resumo podemos inferir que a educação do campo, sempre esteve além das suas reais necessidades, que as medidas que foram tomadas não solucionaram os problemas que só aumentaram com o passar dos anos, que os pensamentos a cerca do espaço rural ainda é muito pequeno, destinando a eles apenas as sobras do espaço urbano. Mesmo com a conquista de programas como: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), o Programa Saberes da Terra e o Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (Procampo) não será possível ter uma redução favorável do analfabetismo rural se não for interrompido o fluxo de produção de novos analfabetos, e isso só será possível se houver condições favoráveis para que os alunos terminem seus estudos, mediante a transformação de condições educacionais no meio rural. Essa transformação política, social, educacional e psicológica será algo a longo prazo, uma desconstrução de décadas que resultará em uma escola cidadã, que auxiliará na formação do aluno do Campo para o Campo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, **II Plano Setorial de Educação e Cultura**, p.17, 1976.
- BRASIL, **III Plano Setorial de Educação e Cultura**, p.17, 1982.
- BRASIL, Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**
- BRASIL, Resolução Nº 4, de 13 de Julho de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica.**
- MOLINA, Mônica Castagna; MONTENEGRO, João Lopes de Albuquerque; OLIVEIRA, Liliane Lúcia Nunes de Aranha. **Das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo.** Brasília: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), p.4, 2009.
- KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Políticas sociais: focalização ou universalização.** Niterói: UFF, 2005. (Texto para discussão, n. 180).